



Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel

Unidade Orgânica 1

Praça do Município, 28 - 4560-481, Penafiel, Telefone: 255718060 Fax: 213506002 Email: penafiel.taf@tribunais.org.pt

ANÚNCIO

Processo: 1245/16.7BEPNF	Ação administrativa	N/Referência: 004618604 Data: 18-01-2018
Autor: AFMRN-ASSOCIAÇÃO FEIRAS E MERCADOS DA REGIÃO NORTE Réu: Junta de Freguesia de Ermesinde		

FAZ-SE SABER, que nos autos de ação administrativa especial, acima identificada, que se encontram pendentes neste tribunal, são os contrainteressados, abaixo indicados, **CITADOS**, para no prazo de **QUINZE (15) DIAS** se constituírem como contrainteressados no processo acima indicado, nos termos do n.º 5 do art.º 81.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, cujo objeto do pedido consiste:

- Seja declarada a invalidade do acto administrativo que deliberou a abertura do concurso “**ATRIBUIÇÃO, POR SORTEIO, DE ESPAÇOS DE VENDA NA FEIRA DE ERMESINDE**”, publicado pela Junta de Freguesia de Ermesinde no dia 5 de Agosto de 2016, por:
- Violação de direitos adquiridos;
- Violação do disposto no regulamento do Município de Valongo, artº 9º e artº 82º, nº 2 do Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de Janeiro;
- Violação de lugar atribuído por deferimento tácito de requerimento apresenta á Ré.

Uma vez expirado o prazo, acima referido (15 dias) os contrainteressados que como tais se tenham constituído, consideram-se **CITADOS** para contestar, no prazo de **30 DIAS**, a ação acima referenciada pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na secretaria, A falta de contestação importa a confissão dos factos articulados pelo autor;

A falta de impugnação especificada importa a confissão dos factos articulados pelo autor;

Nas ações relativas a atos administrativos e normas a falta de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, mas o tribunal aprecia livremente essa conduta para efeitos probatórios (n.º 4 do art.º 83.º CPTA)

Na contestação, deduzida por forma articulada devem:

- a) Individualizar a ação;
- b) Expor as razões de facto e de direito por que se opõem à pretensão do autor;
- c) Expor os factos essenciais em que se baseiam as exceções deduzidas, especificando-as separadamente.

No final da contestação devem apresentar o rol de testemunhas, juntar documentos e requerer outros meios de prova e deduzir toda a defesa (n.º 1, 2 e 3 do artigo 83.º do CPTA).

Caso não lhe seja facultado, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo e disso der conhecimento ao juiz do processo, permite-se que a contestação seja apresentada no prazo de 15 dias



Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel

Unidade Orgânica 1

Praça do Município, 28 - 4560-481, Penafiel, Telefone: 255718060 Fax: 213506002 Email: penafiel.taf@tribunais.org.pt
contado desde o momento em que venha a ser notificado de que o processo administrativo foi junto
aos autos (n.º 3 do art.º 82.º do CPTA).

De que, nos termos do n.º 1 do art.º 11.º do CPTA e do n.º 1 do art.º 40.º do Código de Processo Civil (CPC), é obrigatória a constituição de Mandatário:

- a) Nas causas de competência de tribunais com alçada, em que seja admissível recurso ordinário;
- b) Nas causas em que seja sempre admissível recurso, independentemente do valor;
- c) Nos recursos e nas causas propostas nos tribunais superiores.

As entidades públicas podem fazer-se patrocinar em todos os processos por advogado, solicitador ou licenciado em direito ou em solicitoria com funções de apoio jurídico, sem prejuízo da representação do Estado pelo Ministério Público.

Os prazos acima indicados são contínuos, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais. Terminados em dia que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

A apresentação de contestação, implica o pagamento de taxa de justiça autoliquidada.

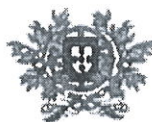
Sendo requerido nos Serviços de Segurança Social benefício de apoio judiciário na modalidade de nomeação de patrono, deverá o citando, juntar aos presentes autos, no prazo da contestação, documento comprovativo da apresentação do referido requerimento, para que o prazo em curso se interrompa até notificação da decisão do apoio judiciário.

As férias judiciais decorrem de 22 de Dezembro a 3 de Janeiro; de domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de Julho a 31 de Agosto.

A CITAR:

ALBINO JOSÉ SILVEIRA DE ALMEIDA
MARIA DA GLÓRIA SILVA CARVALHO ALVES
MARIA MANUELA ALVES
MARIA HORÁCIA DE JESUS PINTO LOPES
MARIA EMÍLIA RIBEIRO CAMELO,
MANUEL JOAQUIM DOS SANTOS ASCENSÃO,
MARIA FRANCELINA FERNANDES CARVALHO,
MANUEL ANTÓNIO DA SILVA MARQUES,
ROSA MARIA MARQUES MOUTINHO,
OTILIA ISABEL MAIA MARTINS DIAS,
RAMIRO DA COSTA CAMPOS,
ISABEL DA LOUÇA, LDA,
MANUELA MARIA ALVES RODRIGUES MOREIRA,
JOÃO PAULO COSTA PEREIRA SERRAS,
ROSA MARIA COELHO DA SILVA LEITE,
MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO BARBOSA,
ANTÓNIO PEREIRA,
MARIA FLORA FERREIRA CALDAS MOREIRA,
MARIA HELENA CARVALHO MARTINS,
LAURINDA DE SOUSA ASCENSÃO GOMES,
ARNALDO FERNANDO PEREIRA CAMELO,

ANTÓNIO MANUEL SOARES DA CRUZ,



Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel

Unidade Orgânica 1

Praça do Município, 28 - 4560-481, Penafiel, Telefone: 255718060 Fax: 213506002 Email: penafiel.taf@tribunais.org.pt

JOSÉ TEIXEIRA BESSA,
VÍTOR AGOSTINHO LOUREIRO DE MAGALHÃES,
JOSÉ DE JESUS GOMES,
MARIA DAS DORES CERQUEIRA BARROS SAMPAIO,
MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DA SILVA SANTOS,
MARIA FERNANDA MOREIRA DE MOURA RODRIGUES,
JOSÉ PEDRO PINTO CASTRO,
MARIA BERNARDETE CONCEIÇÃO FONSECA,
MARIA CÂNDIDA PEREIRA VILAVERDE,
PAULO MIGUEL MARQUES DA SILVA,
MARIA ERMELINDA TEIXEIRA ALMEIDA GONÇALVES,
FERNANDO CARNEIRO MAIA,
MARIA MANUELA DA COSTA MAIA PEDREGAL,
RUI MANUEL DA CUNHA FERNANDES,
LUIZA MARIA DE SOUSA MAIA PINTO,
MARIA MANUELA MOREIRA DE SOUSA,
IVA SUSANA SILVA FERREIRA AZEVEDO,
MARIA DE FÁTIMA DE JESUS COUTO,
RICARDO MANUEL COUTO DE MAGALHÃES,
ILDA MARIA PAIVA DA ROCHA,
ANTÓNIO DE SOUSA RAMOS,
ITAMAR SANTOS SILVA,
JAIME VIEIRA PEREIRA DAVID,
VÂNIA MARINA TAVARES MAIA,
AFONSO MOREIRA DA SILVA,
FRANCISCO MANUEL DA SILVA OLIVEIRA,
MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO MOREIRA CARDOSO,
ACÁCIA MARIA GONÇALVES DOS SANTOS ,
MARIA FILOMENA DUARTE LOPES DA SILVA,
MARIA JOSÉ FERNANDES TEIXEIRA NUNES,
ISABEL FERNANDA FERREIRA RODRIGUES ,
MANUEL JOAQUIM GONÇALVES DE OLIVEIRA ,
CRISTINA MARIA SILVA RIBEIRO JORGE ,
MARIA DA ASSUNÇÃO FERREIRA DA ROCHA GARCÊS,
ROSA MARIA DA SILVA GARCÊS.

O Juiz de Direito,

Nuno Miguel Cerdeira Ribeiro